

Segunda fase do mapeamento dos professores na BNCC e a condição da negritude nas pesquisas docentes

Nayara Rangel Goulart, Ivan Penteado Dourado

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa discutir como a questão da negritude manifesta-se na Base Nacional Comum Curricular. Com o intuito de refletir sobre os objetivos, efeitos e consequências das novas políticas educacionais brasileiras em relação à população negra. Indagando se estas demonstram um avanço, retrocesso ou estagnação nos direitos dessa comunidade.

DESENVOLVIMENTO

Utilizando como método de pesquisa a revisão bibliográfica, realizamos um mapeamento de pesquisas já realizadas sobre o tema no campo marxista por meio da plataforma Google Acadêmico, utilizando os termos “BNCC e Negritude” e os filtros “2020-2025”, priorizando os trabalhos realizados no campo da pedagogia com o objetivo de fomentar a discussão e disseminar tais conhecimentos. Como base para discussão iremos utilizar o conceito de Capitalismo Racial (2025) proposto por Ruy Braga e contaremos com o apoio de quatro artigos, escritos por Victor Ferreira, Júlia Fleury e Clara Ramos (2021); Ana Paula Silveira e Helena Vetorazo (2021); Carlos José Moura de Carvalho e Jorge Luiz Marques de Moraes (2024) e Maria Cilene Lucas Vieira Fernanda Coelho Liberali (2025). Que irão nos auxiliar a compreender e assimilar a condição e o apagamento da questão da negritude em tal documento normativo.

Refletir sobre o que há de racismo no capitalismo e quanto há de capitalismo no racismo são questões fundamentais para entendermos a luta de classes como indissociável à luta antirracista visto que vivemos em um mundo com uma herança colonialista que fomenta e fortalece o sistema econômico vigente por meio da exploração e exclusão do povo negro brasileiro. Para compreender essa relação iremos nos apoiar ao conceito de Capitalismo Racial (2025), onde o entendemos como um sistema que baseia-se na violência política utilizada pela supremacia branca para promover e intensificar a exploração econômica e o extermínio das populações não brancas, compreendendo o colonialismo como uma ferramenta que elevou opressão racial a um meio organizador do sistema capitalista. O racismo é, desde a escravização, indispensável para reprodução das relações sociais e exploração capitalista.

Também, segundo Mbembe (20018, p.309) reafirma em relação a esse ponto, “o capitalismo sempre precisou de subsídios raciais para explorar os recursos do planeta”. Essa profunda conexão é fundamental que seja reconhecida ao estudar o tema. Assimilando os preconceitos como uma forma de fundamentar determinadas opressões com o objetivo de dividir a classe trabalhadora. Pois, ainda segundo Braga (2025, p.79) “Ao inventar essas ficções, os capitalistas selecionam os grupos considerados mais “confiáveis” ou “eficientes” para determinadas tarefas, organizando a hierarquia capitalista no local de trabalho e fragmentando a solidariedade entre os trabalhadores”.

Com a possibilidade de união dos trabalhadores sendo esmagadas pela individualidade do mundo capitalista neoliberal, na qual a pessoalização dos indivíduos e a competitividade radicalizada tornam-se pontos centrais nas relações, na formação de um tipo de sociabilidade capitalista que desagrega profundamente essa classe social torna-se cada vez mais difícil entender a luta de classes de maneira coletiva e ampla. A presente pesquisa tem o intuito de romper com a visão de uma luta fragmentada, e o objetivo de demonstrar a importância da união entre trabalhadores racializados ou não para que a ideia de um mundo menos hostil possa, aos poucos, se

tornar uma realidade presente no horizonte nacional. Nesse sentido, o presente escrito pretende apresentar a trajetória de pesquisa vivenciada na Iniciação Científica e, também, demonstrar a importância de colocar o povo negro no centro do processo de compreensão da realidade brasileira.

Discutir o racismo em um país como o Brasil é dificultoso, ainda hoje, por conta de um mito que impera o imaginário da nossa sociedade – o mito da democracia racial – onde se crê que após a miscigenação o confronto entre as raças deixou de existir, assim como todo o preconceito que o envolve. Segundo Liberali (2025), o mito da democracia racial, ao pregar a convivência pacífica silencia o conflito e mantém intacto o poder eurocêntrico. Operando como uma ideologia de classe que legitima a desigualdade e transfere a culpa da estrutura econômica para a cultura e/ou raça dos indivíduos. Em concordância com Assis (2020) mesmo sem a existência de uma segregação no ambiente escolar, local onde se dissemina a ideia de harmonia entre raças, a negritude vem tendo sua narrativa distorcida e excluída dos processos de assimilação dos conteúdos propostos pela BNCC, pois tal currículo não reconhece os aspectos positivos do povo negro e nem os coloca como protagonistas de parte da construção da história desse país. O documento vem sendo um meio de alienação da população negra do país, no momento em que separa a discussão da negritude da sua posição de classe social e da intrínseca relação entre racismo e o modo de produção capitalista.

RESULTADOS

Entendendo a escola como um meio de socialização e agente de formação, seja de cidadania ou subjetividade, ela torna-se um elemento capaz de estimular determinados imaginários sociais. Por conta disso, a Base Nacional Comum Curricular promulgada em 14 de dezembro de 2018 se apresenta como uma consolidação da perspectiva neoliberal e eurocentrada, onde se objetiva a programação de novos indivíduos-mercadoria que possam se adequar de maneira eficiente as transformações e a precarização existente durante o processo atual de crise capitalista. Defendendo uma educação que mostre a verdadeira história e a importância da população negra na construção desse país acreditamos que o espaço escolar deve tornar-se um meio de rompimento com o ideal racista disseminado pelas formas de socialização da nossa sociedade e, para que isso se efetive políticas públicas como a BNCC necessitam de uma revisão crítica visando uma educação onde a discussão racial se faça presente de maneira séria e comprometida desde o início do processo de escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC é, hoje, um retrato da persistência da colonialidade que hierarquiza os saberes e apaga experiências negras. Ao pesquisar os termos “negro/negra” na Base Nacional Comum Curricular, os termos aparecem citados onze vezes durante o documento que conta com seiscentas páginas, situados apenas aos objetivos e competências ligadas ao ensino de História, durante o 8º e 9º ano do ensino fundamental. Ou seja, são assuntos que, segundo a normativa, não competem ao pedagogo. Carvalho e Moraes (2024, p.441) sugerem que, “a relação racial seja apresentada o quanto antes, desde a educação infantil, no início da formação desse humano integral”. Visando romper com o mito da democracia racial e demonstrar o epistemicídio que anula os saberes ancestrais da população negra e abordando o racismo de forma estrutural.

Palavras-chave: BNCC – negritude – neoliberalismo – capitalismo racial

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Ruy. *Capitalismo racial: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2025.

CARVALHO, Carlos José Moura de; MORAES, Jorge Luiz Marques de. O fenômeno da branquitude e a educação básica no Brasil: algumas reflexões. **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 432–445, 2024. DOI: 10.30681/rep.v15i2.12040. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/rep/article/view/12040>. Acesso em: 19 ago. 2026.

FERREIRA, Victor; FLEURY, Júlia; RAMOS, Clara. Neoliberalismo, condição periférica e os Panteras Negras: um breve estudo sobre reprodução social e ação coletiva no mundo periférico. **Revista Ensaios**, v. 19, p. 39-58, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://ppgsa.ifcs.ufrj.br/assets/ba7e3517e3cba44e83672eaab622de85/56453c78872a0a24287ea3f8aa2acd3a.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2026.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320 p.

SILVEIRA, Ana Paula; VETORAZO, Helena. A democracia racial na Base Nacional Comum Curricular: permanências e/ou rupturas? **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 5, n. 14, p. 44–57, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4509740. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/243>. Acesso em: 19 ago. 2026.

EIRA, Maria Cilene Lucas; LIBERALI, Fernanda Coelho. Currículo, cor e colonialidade: a BNCC sob o olhar da miscigenância. **fólio - revista de letras**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 92–120, 2025. DOI: 10.22481/folio.v16i2.18359. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/folio/article/view/18359>. Acesso em: 19 ago. 2026.